

"GOTAS NO OCEANO"

- 20ª GOTA -

NOVEMBRO / 2007

Autoria: Dra. Juliana Matias

OBRIGAÇÕES – PARTE III

Na "Gota" anterior, explicitamos brevemente sobre as obrigações de dar (coisa certa e coisa incerta), de fazer e de não fazer.

Passaremos agora, em apertada síntese, à análise das demais modalidades de obrigações à luz do Código Civil Brasileiro:

4. Obrigação ALTERNATIVA:

Obrigações alternativas são aquelas cujos objetos são múltiplos, (dois ou mais), e onde o devedor terá cumprido a obrigação ao entregar (ou realizar) uma coisa OU outra, ou seja, apenas uma delas. Ex: Jean comprometeu-se a entregar um Fiat Uno OU um Ford Ka a Letícia. Terá Jean cumprido a obrigação se entregar um desses dois carros.

Nos termos do CC, cabe a escolha sempre ao devedor, se outra coisa não for estipulada. Além disso, se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação ou se tornar inexecutível, o débito não deixará de existir quanto à outra.

E mais especificamente, se uma das prestações tornou-se inexecutível por culpa do devedor, terá o credor direito de exigir a prestação subsistente ou o valor da que não mais existe, se a escolha lhe cabia Ex: Mônica compromete-se a entregar um cachorro OU um gato a Magali, ficando acertado que Magali escolheria qual seria o animal a ser entregue. Contudo, o cachorro vem a morrer porque Mônica esqueceu de alimentá-lo. Se Magali, a quem competia a escolha, já quisesse o gato, ele terá o direito de exigir a sua entrega; se a escolha dela seria o cachorro, não podendo este ser mais entregue, poderá Magali exigir o pagamento do valor desse animal.

Todavia, se TODAS as prestações tornarem-se impossíveis, três são as possibilidades:

→ Se HOUVE culpa do devedor, e a escolha cabia ao mesmo, deverá ele pagar o valor da prestação que por último se impossibilitou, mais as perdas e danos que o caso determinar.

→ Se HOUVE culpa do devedor, mas a escolha cabia ao credor, terá este direito de exigir o pagamento do valor de qualquer uma das prestações, mais as perdas e danos.

→ Se NÃO HOUVE culpa do devedor, estará este liberado da obrigação, pois esta se extinguirá.

5. Obrigações DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS:

Obrigações divisíveis e indivisíveis são espécies de obrigações múltiplas, em que o objeto é único (ao contrário das obrigações alternativas), mas existe uma pluralidade de credores e/ou de devedores.

OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS

As obrigações divisíveis são aquelas que comportam cumprimento parcial, ao passo que as indivisíveis não comportam quaisquer parcelamentos. Em regra, a obrigação é divisível quando o seu objeto comporta divisão. Ex: Jânio, Getúlio, Fernando e Luiz são devedores de determinada obrigação cujo objeto é entregar 100 reais a Pedro (credor). Tal obrigação é divisível, pois o seu objeto também o é.

Neste sentido, o art. 257, do CC, assinala que, havendo mais de um devedor ou mais de um credor em obrigação divisível, esta se presume dividida em quantas prestações corresponderem ao número de credores ou devedores. Além disso, as prestações de cada credor/devedor são equivalentes e distintas, ou seja, cada um tem direito/deve uma COTA.

No exemplo acima, cada sujeito deve 25 reais a Pedro, que por sua vez tem o direito de exigir 25 reais de cada um deles, totalizando os 100 reais devidos. Em outras palavras: o valor do débito é dividido pelo número de devedores. E mais: se um dos devedores (Jânio) pagar a sua cota (25 reais), não poderá Pedro exigir que ele pague também o resto, pois cada devedor deve responder por sua cota. Assim, Jânio, que pagou, estará desobrigado, enquanto os outros continuam devendo, só que agora não mais 100 reais, mas 75 reais (25 reais cada).

No tocante à pluralidade de credores, importa esclarecer que cada credor tem direito somente à sua cota, não podendo exigir a dívida total. Ex: Priscila deve 90 reais a Júlia, a Ana e a Juliana. Neste caso, cada uma tem o direito de exigir de Priscila 30 reais, e não a totalidade do débito (90 reais). Por conta disso, cada credor pode exigir sua cota independentemente do outro.

OBRIGAÇÕES INDIVISÍVEIS

Quanto às obrigações indivisíveis, seu objeto não comporta divisão, em virtude de sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou em função da razão determinante do negócio jurídico, conforme prevê o art. 258, do CC. Ex: Obrigação cujo objeto é a entrega de um carro.

Portanto, havendo mais de um devedor, cada um será obrigado pela dívida toda, e o credor poderá exigir o cumprimento da obrigação de qualquer um deles. Assim, o que pagar a dívida (na sua totalidade, pois não há que se falar em cotas aqui), passará a ter o direito de cobrar o pagamento em dinheiro das “cotas” dos outros. Note-se que há cotas no sentido de rateio entre os devedores do valor em dinheiro do objeto, mas este deverá se entregue integralmente ao credor. Ex: Rui, Amauri e Antônio devem um carro no valor de 18 mil reais a Heitor, que tem o direito de exigir tal carro de qualquer um deles. Se Rui entregar o carro a Heitor, todos estarão desobrigados em relação a este, mas Amauri e Antônio passam a ser obrigados a pagar a Rui a cota que lhes cabia no rateio do valor do carro, qual seja 6 mil cada.

Havendo mais de um credor, na hipótese de a obrigação ser indivisível, cada um dos credores pode exigir a dívida por inteiro, mas o devedor se desobriga pagando a um dos credores ou a todos conjuntamente. Neste caso, o credor que recebeu a dívida por inteiro deverá pagar a cota dos outros. Ex: Nair deve um carro de 18 mil reais a Diego, Roberto e Mário. Se Nair entregar

o carro a Diego, estará livre da obrigação. Entretanto, Roberto e Mário devem receber de Diego o valor em dinheiro das suas cotas (6 mil reais cada). Além disso, se um dos credores perdoar a dívida, esta subsiste com relação aos demais, descontada a cota do credor que perdoou.

6. Obrigações SOLIDÁRIAS:

As obrigações solidárias também são espécies de obrigações múltiplas, onde existe uma pluralidade de credores/devedores, e cada qual tem o direito/obrigação com relação à dívida toda.

Vale lembrar que a obrigação solidária pode ter objeto divisível ou indivisível, mas o seu cumprimento não pode ser parcelado, ou seja, a prestação deve ser entregue na sua totalidade, como acontece com a obrigação indivisível acima estudada. Por isso mesmo, importa ressaltar que obrigação solidária não é sinônimo de obrigação indivisível, pois:

1º) A solidariedade não se presume, mas resulta expressamente da lei ou da vontade das partes. Já a indivisibilidade se presume pela natureza do objeto, por motivo de ordem econômica, ou por razão determinante do negócio jurídico.

2º) A solidariedade pode existir ainda que o objeto seja perfeitamente divisível, aplicando-se as regras da indivisibilidade tal somente quanto aos seus efeitos.

A solidariedade pode ser passiva (de devedores) ou ativa (de credores)

Exemplo de solidariedade passiva: Clóvis e Juan devem 100 reais a Camila. As partes expressamente acertaram que a obrigação, neste caso, seria solidária. Assim, Camila poderá exigir a prestação integral (100 reais) de qualquer um dos devedores, que não poderá pagar apenas a sua cota (50 reais), mas a dívida toda. Nesta hipótese, sendo Clóvis o devedor que pagar o débito todo, deverá exigir posteriormente de Juan a metade que lhe cabia pagar.

Exemplo de solidariedade ativa: Toni deve 100 reais a Tilson e Caio, havendo por expressa previsão legal solidariedade entre ambos os credores. Qualquer um deles poderá exigir a dívida integralmente de Toni, e o que receber a prestação inteira deverá entregar a cota que cabe ao outro credor (50 reais).

OBS: Na “21ª Gota”, apresentaremos a Parte IV do tema OBRIGAÇÕES, também de autoria da Dra. Juliana Matias, tratando do adimplemento e extinção das obrigações, e ainda do seu inadimplemento, com fulcro nas disposições constantes do Código Civil Pátrio. Aproveite a próxima “Gota” para se aprofundar no tema.

Referências bibliográficas:

RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil – Vol. 2.** 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos contratos.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de Direito Civil: Obrigações e Responsabilidade Civil – Vol. 2.** 4. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2003.